



**MINISTÉRIO DA SAÚDE  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE  
– 1991/1995 –**

No dia sete de maio de hum mil novecentos e noventa e dois, a partir das nove horas da manhã, teve início a Décima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, período de hum mil novecentos e noventa e um à hum mil novecentos e noventa e cinco, com a abertura realizada pelo Senhor Ministro da saúde Substituto **JOSÉ CARLOS SEIXAS** e Presidente do Conselho Nacional de Saúde. O Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde, Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY** apresentou as justificativas de ausência dos Conselheiros **José Bernardo Peniche**, **Stella Maria Pereira Barros**, **Elísio Nunes Ribeiro**, **José Linhares Ponte**, **Chafic Farhat** e **Jacques Sherique**. O Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde apresentou as novas indicações para o Conselho Nacional de Saúde feitas pelo Ministério da Educação, Professora **Eunice Ribeiro Durhan**, que comunicou de sua impossibilidade de estar presente, sendo Doutor **Francisco Barbosa**, das Entidades de Prestadores Privados de Serviços de Saúde (Doutores **Chafic Wadi Farhat** e **Carlos Eduardo Ferreira**), das Entidades Médicas (Doutor **Mário da Costa Cardoso**) e das Entidades de Outros Profissionais de Saúde (Doutores **Thiers Ferreira** e **Swedenberger do Nascimento Barbosa**). O Conselheiro **Francisco Ubiratan Dellape** pediu urgência na indicação pelos órgãos e entidades de novos titulares e seus respectivos suplentes para que seja possível se proceder as suas nomeações no espaço de tempo mais breve possível. Ficou acertado que o prazo seria estabelecido até a próxima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde. O Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY** leu, aos Conselheiros, carta dirigida ao Senhor Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Doutor **ADIB D. JATENE**, pelo Conselheiro **Aloysio Campos da Paz Júnior**, renunciando a sua condição de Conselheiro por não mais pertencer aos quadros do Ministério da Saúde, o qual representava. A carta esta em anexo a essa Ata (Anexo nº 01). Passou-se a apreciação da **Ata da Reunião anterior**. Foi apresentada a justificativa de ausência do Conselheiro **Jacques Sherique**, que não constava na Ata da Décima Segunda Reunião do Conselho. Nas linhas trinta e cinco e trinta e seis, solicitou-se a correção, substituindo-se o nome Portaria por Resolução PR/INAMPS número duzentos e oitenta e três de hum mil novecentos e noventa e um. Os Conselheiros **Cláudio José Allgayer** e **Francisco Ubiratan Dellape** solicitaram que conste na Ata da Reunião anterior entre linhas cento e oitenta e três e duzentos, a seguinte expressão: *“Estavam ausentes da votação os Conselheiros **Cláudio José Allgayer** e **Francisco Ubiratan Dellape**, por terem sido convocados a reunião do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, para tratar da implantação do sistema de apresentação do AIH’s por meio magnético”*. Nas linhas Duzentos e quarenta e seis e duzentos e quarenta e nove, o Conselheiro **Paulo S. Barbanti** pede a exclusão do seu nome como componente da Comissão nomeada pelo Plenário na Décima Reunião do Conselho, para ajudar as negociações e discutir o FINSOCIAL. Na linha trezentos e quatorze, o Conselheiro **Ivan de Moura Fé** solicita a correção do tempo de seu novo mandato na Presidência do Conselho Federal de Medicina, que é de dois anos e meio. Ainda na linha duzentos e quarenta e sete, em seguida ao trecho *“Essa Comissão foi composta...”*, acrescentar *“por sugestão do Plenário”*. Os Conselheiros **Jocélio H. Drummond**, **José Eri Osório de Medeiros** e **Zilda Arns Neumann** consideram que o trecho compreendido entre as linhas duzentos e vinte e oito e duzentos e cinquenta e dois não está suficiente claro, no que diz respeito a discussão sobre a campanha sobre a utilização dos recursos FINSOCIAL, no tocante a participação mais efetiva do Ministério da Saúde nessa Campanha, inclusive em sua condução e financiamento. O Doutor **JOSÉ CARLOS SEIXAS** diz que o espírito da discussão foi de que realmente houvesse uma participação do Ministério da Saúde e essa informação foi levada ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde. Mas que se houver maiores dúvidas por parte dos Conselheiros, recomendou que a Secretaria Técnica do Conselho escutasse a fita com a gravação da discussão e reescrevesse o trecho. A Ata foi considerada aprovada com essa ressalva. Em seguida, o Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY** informou a respeito das Comissões Intersetoriais Nacionais, criadas pelo Conselho Nacional de Saúde. Das onze Comissões, sendo sete Comissões Intersetoriais Nacionais e quatro Comissões Técnicas, oito já estavam constituídas, com todos os seus componentes indicados e com Portarias já assinadas pelo

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, prontas para publicação em Diário Oficial da União. Faltavam indicações para as Comissões Intersectoriais de Ciência e Tecnologia em Saúde, de Alimentação e Nutrição e de Saúde do Trabalhador. O Plenário discutiu a lentidão com que as Comissões criadas estão se formando e a necessidade de que as mesmas comecem a reunir-se em espaço de tempo mais curto. Em relação à Comissão Intersectorial de Ciência e Tecnologia, a Coordenação Geral do Conselho informou que a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – ANDES e o Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo – IPT declinaram do convite de participar dessa Comissão e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB não respondeu as várias solicitações para indicar um representante. O Plenário do Conselho optou por substituir essas Instituições por outras, a saber: a Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO substituiu a ANDES; o Instituto Lauro Souza Lima substituiu o IPT; e o Instituto Roberto Simonsen substituiu o CRUB (Resolução em Anexo nº 02). Em relação às Comissões de Alimentação e Nutrição e de Saúde do Trabalhador, o Plenário deu o prazo de uma semana para os órgãos e entidades que faltavam, indicarem seus representantes. A Conselheira **Zilda Arns Neumann** pediu que constasse em Ata a solicitação de que a Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde tomasse todas as providências necessárias para realizar brevemente a Primeira Reunião da Comissão Intersectorial de Alimentação e Nutrição, já marcada para o dia quatorze de maio próximo, e que a Comissão se reunisse mesmo sem a indicação de todos seus membros e/ou nomeação da mesma em Diário Oficial da União. O Conselheiro **Ivo Fortes** indagou sobre o parecer da Comissão Relatora sobre a Norma Operacional Básica para o Sistema Único de Saúde, da Secretaria Nacional de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, cujos relatores são os Conselheiros **Lúcio G. Alcântara** e **José Eri Osório de Medeiros**. O Conselheiro **José Medeiros** informou que o Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS estão desenvolvendo processo de discussão com a Secretaria Nacional de Assistência à Saúde/Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social do Ministério da Saúde para se chegar a um melhor consenso e pediu um prazo de sessenta dias para que a Comissão Relatora apresentasse seu Parecer. O Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY** informou que a Comissão Técnica dos Gestores Governamentais do Sistema Único de Saúde, composta pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS e pelo Ministério da Saúde – MS já foi reconstituída e tem sua Primeira REunião marcada para o dia quatorze de maio próximo. A Comissão Técnica dos Usuários de Serviços de Saúde marcou também sua primeira reunião para o dia quinze de maio. E as Comissões Técnicas de Atuação Profissional na Área de Saúde e de Prestadores Privados de Serviços de Saúde já estão em funcionamento regular. Foi apresentada a proposta encaminhada pela Comissão Técnica de Prestadores Privados de Serviços de Saúde de ter como Coordenador desta Comissão o Doutor **Cláudio J. Allgayer**, o que foi aprovado pelo Plenário. O Conselheiro **Carlos Reinaldo de Souza** solicitou, por escrito, que a Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador se reunisse ainda no mês de maio do corrente ano e que nessa Primeira Reunião, apreciasse estudos técnicos sobre doenças profissionais. Passou-se ao **Tema 01** da Pauta, que tratava da **IX Conferência Nacional de Saúde**, apresentado o pelo Conselheiro **Eri Osório de Medeiros**, Presidente da Comissão Organizadora da Conferência, que relatou sobre a reestruturação do grupo organizador e da escolha de um novo Secretário Executivo para a Comissão. Foram realizadas reuniões de mobilização, com a presença de representantes de cerca de vinte Estados. Realizaram-se os acertos finais com a Universidade de Brasília – UnB para a realização do evento no Campus Universitário. E que a Comissão Organizadora enviará a todos os Conselheiros, antes da próxima Reunião do Conselho, proposta de Temário, Mesas Redondas e Conferências para que seja previamente analisada e discutida na Reunião do Conselho Nacional de Saúde de junho de hum mil novecentos e noventa e dois. Em relação a substituição de delegados, a Comissão Organizadora propôs que seja aplicado o Regimento Interno de cada Conferência Estadual e o Regimento da Comissão Organizadora. Sobre o financiamento do deslocamento dos usuários até Brasília e da hospedagem durante os dias da Conferência o Conselheiro **José Eri Osório de Medeiros** informou que o grupo organizador da Conferência conseguiu alimentação para cerca de três mil pessoas o Restaurante da Universidade de Brasília. As hospedagens e passagens terão que ser custeadas pela área governamental de cada Estado. Foi solicitado apoio do Ministério da Saúde para as despesas com passagens e alojamento. O Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** pediu a inclusão dos profissionais de saúde no grupo de delegados e/ou participantes que terão despesas de passagens e alojamento custeadas pela área governamental, devido as dificuldades financeiras para o deslocamento desses profissionais por conta própria. O Conselheiro **José Eri Osório de Medeiros** prometeu estudar a possibilidade dessa ampliação embora anteviesse dificuldades em razão da escassez de recursos financeiros e da própria

crise econômica do País. O Presidente da Comissão Organizadora comunicou que estava encaminhando ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde a proposta de Decreto o m a nova data da realização da Conferência. Em seguida foi discutida a proposta de divisão do percentual de vinte por cento dos Delegados e participantes da IX Conferência Nacional de Saúde que seriam definidos pelo Conselho Nacional de Saúde, a partir da proposta trazida pela Comissão Organizadora da Conferência. Discutiu-se e aprovou-se a proposta trazida pela Comissão Organizadora em relação aos critérios e percentuais entre os grupos Governo/Prestadores de Serviços/Profissionais de Saúde, e a distribuição de vagas do setor governamental. Em relação às vagas dos Profissionais de Saúde foi proposta isonomia na representação das diversas categorias, sendo aprovada representação diferenciada, conforme proposta da Comissão Organizadora. Em relação as vagas dos Prestadores Privados de Serviços de Saúde, o Plenário, depois de discutir a proposta da Comissão Organizadora, decidiu que a Comissão Técnica de Prestadores Privados de Serviços de Saúde, que reúne as entidades desse setor, reunir-se-á até a próxima reunião do Conselho Nacional de Saúde e fará sua proposta de divisão de vagas. O Conselheiro **José Eri Osório de Medeiros** propôs então, a discussão da divisão das vagas destinadas a **reserva técnica** de cada grupo de delegados e participantes. Na reserva técnica do Setor Público, o Conselheiro **José Eri Osório de Medeiros** propôs a inclusão de representantes da União Parlamentar Interestadual, da União dos Vereadores do Brasil e de associações municipalistas, o que foi aprovado pelo Plenário, que deu um aval ao Presidente da Comissão Organizadora para contatar essas entidades e discutir com as mesmas a divisão das vagas. Na reserva técnica dos usuários de serviços de saúde, decidiu-se que o Presidente da Comissão Organizadora fará os entendimentos necessários com as entidades de usuários representadas no Conselho Nacional de Saúde e na Comissão Organizadora, para tal. A reserva técnica de prestadores privados de serviços de saúde será decidida pela Comissão Técnica de Prestadores Privados de Serviços de Saúde – CT/PPSS. Para a reserva técnica da área de profissionais de saúde, o Conselheiro **Swedenberger do Nascimento Barbosa** propôs a inclusão do SINDISAÚDE dos Estados de São Paulo, Minas Geraís, Goiás e do Distrito Federal, e a Federação Nacional das Associações de Previdenciários – FENASPS. Ficou definido que entre as cinco vagas da **reserva técnica** de profissionais, três delas serão preenchidas através de negociações entre a Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de Saúde e as entidades de profissionais não contempladas. As duas restantes serão preenchidas pelo SINDISAÚDE-DF e SINDISAÚDE-SP. A Comissão Organizadora negociará as vagas restantes com as entidades de profissionais de saúde que não estiverem representadas entre os delegados e participantes. Ficou acertado que as entidades ou setores que reivindicarem participação na IX Conferência e não foram ainda contempladas, negociarão diretamente com a Comissão Organizadora. Encerrado a discussão sobre a IX Conferência Nacional de Saúde, o Doutor **JOSÉ CARLOS SEIXAS** pede permissão aos Senhores Conselheiros para se retirar, devido a outros compromissos e o Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY** assume a coordenação da reunião. Passou-se ao **Tema 02**, que tratou do **Parecer da Comissão Relatora** que analisou a Resolução PR/INAMPS número duzentos e oitenta e três de hum mil novecentos e noventa e um. A Comissão foi composta dos Conselheiros **Stella Barros, Ivo Fortes dos Santos, Francisco Ubiratan Dellape e Mozart de Abreu e Lima**. Os Conselheiros **Mozart de Abreu e Lima e Stella Barros** apresentarem seus pareceres por escrito. A Comissão optou por pedir um exame pela Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde dessa Resolução, para análise da legalidade das restrições impostas. Ao mesmo tempo, a Comissão recomendou também exame da mesma secretária Nacional de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, no que concerne aos seus aspectos técnicos, e que fossem encaminhados tanto a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde quanto à Secretaria Nacional de Assistência a Saúde do Ministério da Saúde todos os documentos relacionados no preâmbulo do encaminhamento da Comissão e anexados ao mesmo. Esse encaminhamento da Comissão e anexados ao mesmo. Esse encaminhamento está em anexo a essa Ata (Anexo nº 03). Foi anexado também a esse encaminhamento a Recomendação número um de hum mil novecentos e noventa e dois da Comissão Técnica de Prestadores Privados de Serviços de Saúde – CT/PPSS. O Conselheiro **Leilton Pereira Guedes** e o Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** propõem agregar também a esse encaminhamento Parecer Jurídico apresentado pelo Departamento de Saúde da Central Única dos Trabalhadores – CUT e pela Associação Nacional dos Transplantados e Doentes Renais Crônicos. Outros documentos sobre o assunto foram anexados também por solicitação dos Conselheiros **Carlos Eduardo Ferreira e Francisco Ubiratan Dellape**. Em seguida, o Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde apresenta a Recomendação número um de hum mil novecentos e noventa e dois da Comissão Técnica dos Prestadores Privados de Serviços de Saúde, encaminhada ao Senhor Ministro de Estado da Saúde e ao Plenário do Conselho Nacional de Saúde. O Plenário deliberou encaminhar essa Recomendação número um de hum mil novecentos e noventa e dois ao Senhor Secretário Nacional de

Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, Conselheiro **José da Silva Guedes**, para conhecimento, análise e resposta. A Recomendação número um de hum mil novecentos e noventa e dois foi distribuída a todos os Conselheiros e encaminhada ao Senhor Presidente do Conselho. Passou-se ao **Tema 03**, sobre a **Discussão da Portaria SNAS/MS número cento e sessenta e sete de hum mil novecentos e noventa e um**, que permite a realização, em determinadas circunstâncias, nos Serviços do Sistema Único de Saúde, a realização de procedimentos anestésicos por médicos não especialistas na técnica. O Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde propôs que o Plenário designasse um Relator que estudasse o assunto e apresentasse Parecer na próxima reunião. o Conselheiro **Francisco Ubiratan Dellape** propôs o Conselheiro **Mário Cardoso** como Relator, o que foi aprovado. Passou-se ao **Tema 04**, sobre o **Mandato dos Conselheiros que se encerrou com um ano**. A Coordenação Geral do Conselho informou que já foram indicados os novos representantes dos Prestadores Privados de Serviços de Saúde, dos Médicos, dos Outros Profissionais de Saúde faltando apenas a indicação dos novos Conselheiros de cinco Entidades de Portadores de Patologias que fazem parte do Conselho. Os Conselheiros **Leilton Pereira Guedes**, **Francisco A. V. Nunes** e **Nelson Seixas**, presentes à reunião, ficaram encarregados de providenciar essas indicações. Foi levantada a questão de que, com a recente reforma administrativa do Governo Federal, o Ministério do Trabalho e Previdência Social foi desmembrado em dois novos órgãos, devendo, portanto, ser repensada a sua representação para que tanto a área do Trabalho com a da Previdência Social sejam representadas no Conselho Nacional de Saúde. O Plenário discutiu se o Conselho Nacional de Saúde deveria ter o número de seus participantes alterado em mais um, para absorver essa nova representação, mais foi aprovado que não se deveria modificar o quantitativo do Conselho, não ultrapassando os atuais trinta e um membros e que o Ministério da Saúde estudasse uma fórmula de absorver representantes tanto do Ministério da Previdência Social quanto do Ministério do Trabalho e Administração Federal. Em virtude da ausência temporária do Conselheiro José das Silva Guedes, o **Tema 05**, que tratava dos **Novos Cursos na Área da Saúde**, passou para primeira hora da tarde. Em relação ao **Tema 06**, o Coordenador Geral do Conselho apresenta solicitação do Conselheiro **Cláudio José Allgayer**, que pede a indicação de outro Relator em virtude do mesmo ter encerrado seu mandato como Conselheiro e por insuficiências no aporte das contribuições solicitadas aos outros Conselheiros, não sendo possível elaborar parecer sobre o Tema. O Plenário indicou como Relator para o **Tema 06**, o Conselheiro **Antônio M. T. Cortizo**, que trará parecer na próxima Reunião. Sobre o **Tema 08**, o Dr. **SYLVAIN NAHUM LEVY** informou que a solicitação da Associação Paulista de Secretários Municipais de Saúde foi encaminhada a Presidência do Fundo Nacional de Saúde e a Coordenadoria de Orçamento e Programação Financeira do Ministério da Saúde, estando o assunto, pela sua complexidade, em estudos, devendo possivelmente ter uma resposta na Reunião do Conselho em julho de hum mil novecentos e noventa e dois. Sobre o **Tema 10**, **Credenciamento de Centros de Pesquisas em Seres Humanos**, não houve novas visitas aos Centros, por não estarem ainda formadas as Comissões de Visita, devendo o Processo de Credenciamento ser retomado proximamente. O **Tema 09**, tratava do **Processo sobre a Residência Médica em Traumatologia e Ortopedia**, e foi trazido novamente a discussão o Parecer do Relator, o Conselheiro **Aloysio Campos da Paz Júnior**. O Conselheiro **Cláudio José Allgayer**, que tinha pedido vistas ao Processo devolveu o mesmo ao Plenário para deliberação. O Plenário do Conselho discutiu esse Parecer, com posições a favor e contra o conteúdo do mesmo. Ao Parecer foram anexadas um conjunto de dez perguntas surgidas na Reunião anterior, nos debates desse Plenário, que o Conselheiro Relator respondeu e anexou ao Processo, para melhor esclarecimento das questões levantadas. O Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde historiou o Processo e a pedido do Plenário, leu novamente o Parecer apresentado e ao conjunto de perguntas anexadas. Após a discussão, o Parecer foi colocado em votação e, por maioria de votos, não foi aprovado. O Plenário deliberou que o Processo fosse devolvido à Secretaria Nacional de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, de onde é originário com essa informação e com a sugestão que o mesmo seja discutido com a Comissão Nacional de Residência Médica do Ministério da Educação e que seja consultada também a Associação Nacional dos Médicos Residentes – ANMR para que seja realizado um estudo mais aprofundado, e que os resultados desse estudo sejam posteriormente informados a esse Conselho. Passou-se ao **Tema 11**, que trata de **Solicitação do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde de Reformulação da Legislação que obriga Exames Físicos Anuais para a Prática de Educação Física nas Escolas**. O Plenário deliberou indicar como Relatora do Tema a Conselheira **Zilda Arns Neumann** e encaminhar também solicitação à Coordenação de Saúde Materno-Infantil da Secretaria Nacional de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, sendo que a Conselheira Relatora acompanhará a discussão junto a Coordenação citada, a Confederação Nacional de Associações de Moradores – CONAM das discussões

sobre o assunto. Em seguida, tratou-se do **Tema 05**, que abordou os **Novos Cursos na Área de Saúde**. Em relação ao Processo que analisa a criação do Curso de Medicina da Universidade de Ijuí, o Conselheiro **José da Silva Guedes** relatou a visita da Comissão à Ijuí, não podendo apresentar o seu Parecer porque a documentação completa sobre o Curso em análise só pode chegar as mãos dos Conselheiros nesse mesmo dia, não havendo tempo para sua leitura e estudo. O Plenário deliberou conceder mais um prazo de trinta dias para a apresentação do Parecer. Devido ao término do mandato de alguns Conselheiros, a Comissão para parecer sobre o Curso de Medicina de Ijuí teve que ser reconstituída, passando a ser composta pelos Conselheiros que apresentam as Instituições e/ou entidades indicadas inicialmente para constituir a Comissão. A Comissão ficou composta pelos Conselheiros **José da Silva Guedes** (Coordenador), **Mário Cardoso**, **Hilário Gottselig** e **Thiers Ferreira**, sendo que sua reunião de conclusão ficou marcada para o dia três de junho, pela manhã. Em relação a criação do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a Comissão não apresentou ainda o seu parecer, ficando para a Reunião do Conselho de junho de hum mil novecentos e noventa e dois. A Comissão para análise do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe iria realizar sua visita à Universidade a partir do dia oito de maio, e apresentará o Parecer também na próxima Reunião. O Processo do Curso de Medicina da Universidade de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, está aguardando o Parecer do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul para onde foi encaminhado. O Conselheiro **Jocélio H. Drummond**, diante do volume de assuntos trazidos ao Plenário desse Conselho, propôs que o Conselho Nacional de Saúde volte a reunir-se por dois dias, sendo que a manhã do primeiro dia ficaria destinada a reunião das Comissões, iniciando-se a Sessão Plenária, pela tarde, a partir das quatorze horas do primeiro dia. Passou-se ao **Tema 07**, que tratava da proposta de **Campanha sobre o FINSOCIAL**. O Conselheiro **Jose da Silva Guedes** relatou os esforços e contatos realizados pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, com empresários e setores do Governo Federal, no sentido de viabilizar uma melhor arrecadação do FINSOCIAL e sua destinação para a área da saúde. E que as dificuldades a nível jurídico estão sendo aos poucos superados. Desenvolveu-se, no Plenário, discussão sobre a realização de ampla campanha através dos meios de comunicação no sentido de sensibilizar o empresário na questão do reconhecimento do FINSOCIAL. Após amplos debates sobre o Tema, o Plenário deliberou recomendar ao Ministério da Saúde realizar campanha de comunicação social sustentada por cartazes, visando estimular o recolhimento do FINSOCIAL e que o próprio Ministério apresentasse ao Conselho Nacional de Saúde os termos e meios de realizar essa Campanha, avaliando a sua viabilidade e custos. Aprovou-se também a realização de um fórum para discussão do financiamento do setor saúde com a participação dos setores governamentais envolvidos na questão, de setores empresariais, do Congresso Nacional e dos Trabalhadores. A idéia da realização desse fórum seria também levada ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, para que pudesse ser operacionalizada em curto espaço de tempo. O Conselheiro **Carlos Reinaldo de Souza** encaminhou expediente a Mesa do Plenário e aos Senhores Conselheiros, tratando do financiamento do Sistema Único de Saúde com recursos da privatização. Passou-se aos **Assuntos Gerais** e foi apresentada a solicitação do Senador Almir Gabriel para o Conselho Nacional de Saúde indicasse um representante para participar de uma Reunião promovida pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal para discutir a ordenação da formação de recursos humanos na área da saúde, de acordo com os preceitos constitucionais. O Plenário indicou o Conselheiro **Swedenberger do Nascimento Barbosa** para representar o Conselho Nacional de Saúde na referida Reunião. O Coordenador Geral do Conselho informou da realização de Oficina de Trabalho, promovida e patrocinada pelo CONASS, CEBES, OPAS e CNS sobre **“Papéis e competências das Três Esferas de Poder: no Geral e Especificamente na Área da Saúde”**, a ser realizada nos dias doze, treze e quatorze de maio próximos, na Sala de Reunião do Conselho. Sem mais assuntos, a Décima Terceira Reunião do Conselho Nacional de Saúde foi encerrada e nela estiveram presentes e assinaram o Livro de Presença, os Conselheiros: **José Eri Osório de Medeiros**, **Nelson Seixas**, **Zilda Arns Neumann**, **José da Silva Guedes**, — **Francisco Ubiratan Dellape**, **Paulo Sérgio Barbanti**, **Mozart de Abreu e Lima**, **Ivo Fortes dos Santos**, **Carlos Reinaldo de Souza**, **Francisco A. V. Nunes**, **Leilton Pereira Guedes**, **Hilário Gottselig**, **Ivan de Moura Fé**, **Jocélio H. Drummond**, **Carlos Eduardo Ferreira**, **Swedenberger do Nascimento Barbosa**, **Mário Cardoso**, **Antonio M. T. Cortizo**, **Thiers Ferreira**, **Rui Brasil Cavalcanti** e o Doutor **Francisco Barbosa Neto**, representando a Conselheira **Eunice Ribeiro Durban**. FIM.